



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVII — N.º 13

SEXTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 1972

BRASÍLIA — DF

### CONGRESSO NACIONAL

#### SUMÁRIO DA ATA DA 14.<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE ABRIL DE 1972

##### 1 — ABERTURA

##### 2 — EXPEDIENTE

##### 2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Problemas da fruticultura do Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Falta de apoio governamental às reivindicações do Território de Rondônia.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Considerações sobre a região metropolitana de Brasília.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Eleições dos Centros Cívicos Escolares, do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADO FLORIN COUTINHO — Projeto de Emenda Constitucional, que estabelece eleições indiretas para Governador em 1974.

DEPUTADO ADHEMAR DE BARROS FILHO — 80.º aniversário natalício de Pontes de Miranda.

##### 3 — FINALIDADE DA SESSÃO

Providências iniciais para a tramitação do 1.º Plano Nacional de Desenvolvimento com os textos reformulados pelo Congresso Nacional.

4 — Designação da Comissão Mista. Fixação do calendário para estudo da matéria.

5 — Encerramento.

#### ATA DA 14.<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA EM 20 DE ABRIL DE 1972

##### 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 7.<sup>a</sup> Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO  
PORTELLA E RUY CARNEIRO

As 19 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Frindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo Branco — Petrónio Portella — Helvidio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnou de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Benjamin Farah —

Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Matos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Leônir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin.

##### E OS SRS. DEPUTADOS:

###### Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

###### Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

###### Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA; Stélio Maroja — ARENA.

###### Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz

— MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Saboia — ARENA.

###### Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Calvanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB; Sousa Santos — ARENA.

###### Ceará

Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osiris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

###### Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

###### Paraíba

Alvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite

## EXPEDIENTE

### SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**EVANDRO MENDES VIANNA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**ARNALDO GOMES**  
Superintendente

**PAULO AURÉLIO QUINTELLA**  
Chefe da Divisão Administrativa

**ÉLIO BUANI**  
Chefe da Divisão Industrial

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

#### Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 20,00
Ano .....	Cr\$ 40,00

#### Via Aérea:

Semestre .....	Cr\$ 40,00
Ano .....	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

— ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

#### Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricardo Fiúza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

#### Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansação — MDB.

#### Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

#### Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flores — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hanequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Nery Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

#### Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Elcio Alvares — ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA.

NA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

#### Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

#### Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Florim Coutinho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Lopo Coelho — ARENA; Marcelo Medeiros — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Rubens Beraldo — MDB.

#### Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Edgard Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonseca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Pau-

lino Cicero — ARENA; Renato Azere-do — MDB; Silvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancreco Neves — MDB.

#### São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baptista Ramos — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Chaves Amaran-te — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

#### Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jar-mund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

#### Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; João da Câmara — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubal-do Barém — ARENA.

**Paraná**

Agostinho Rodrigues — ARENA;  
 Alberto Costa — ARENA; Alencar  
 Furtado — MDB; Alípio Carvalho —  
 ARENA; Antônio Ueno — ARENA;  
 Ardinál Ribas — ARENA; Ary de Li-  
 ma — ARENA; Arthur Santos —  
 ARENA; Emílio Gomes — ARENA;  
 Fernando Gama — MDB; Ferreira do  
 Amaral — ARENA; João Vargas —  
 ARENA; Mário Stamm — ARENA;  
 Olivir Gabardo — MDB; Silvio Barros  
 — MDB; Túlio Vargas — ARENA;  
 Zacharias Seleme — ARENA.

**Santa Catarina**

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino  
 Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho —  
 ARENA; Dib Cherem — ARENA;  
 Francisco Grillo — ARENA; Francis-  
 co Libardoni — MDB; Jaison Barre-  
 to — MDB; João Linhares — ARENA;  
 Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin —  
 ARENA; Pedro Ivo — MDB, Wilmar  
 Dallanhol — ARENA.

**Rio Grande do Sul**

Alberto Hoffmann — ARENA; Al-  
 ceu Collares — MDB; Aldo Fagundes  
 — MDB; Amaral de Sousa — ARENA;  
 Amaury Müller — MDB; Antônio Bres-  
 solin — MDB; Ary Alcântara — ARE-  
 NA; Arlindo Kunzler — ARENA; Ar-  
 naldo Prieto — ARENA; Célio Mar-  
 ques Fernandes — ARENA; Cid Fur-  
 tado — ARENA; Clóvis Stenzel —  
 ARENA; Daniel Faraco — ARENA;  
 Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias —  
 MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo  
 Brum — MDB; José Mandelli —  
 MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro  
 Rodrigues — MDB; Mário Mondino —  
 ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Sin-  
 val Guazelli — ARENA; Vasco Amaro  
 — ARENA; Victor Issler — MDB.

**Amapá**

Antônio Pontes — MDB.

**Rondônia**

Jerônimo Santana — MDB.

**Roraima**

Silvio Botelho — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carnei-  
 ro)** — As listas de presença acusam  
 o comparecimento de 59 Srs. Senado-  
 res e 272 Srs. Deputados. Havendo  
 número regimental, declaro aberta a  
 sessão.

Passando-se ao período de breves  
 comunicações, concedo a palavra ao  
 Sr. Deputado Antônio Bresolin.

**O SR. ANTÔNIO BRESOLIN —**  
 (Sem revisão do orador.) — Sr. Pre-  
 sidente, Srs. Congressistas, o presti-  
 gioso *Correio do Povo*, o maior jornal  
 de meu Estado, em recente informa-  
 ção publica o seguinte: (lê)

**"DESTAQUES PARLAMENTARES**

\* Festa da Bergamota em São Se-  
 bastião do Cai, de 10 a 18 de ju-  
 nho, tem o apoio da Comissão de

Economia e Desenvolvimento da  
 Assembléia Legislativa. Uma co-  
 missão representativa daquele  
 município esteve em visita ao ór-  
 gão técnico da Assembléia, sendo  
 recebida pelo deputado Valdir  
 Lopes, que prometeu todo apoio à  
 realização, ao mesmo tempo que  
 informou do interesse dos repre-  
 sentantes do povo em estudar os  
 problemas ligados à fruticultura  
 no Estado. A comissão de São Se-  
 bastião do Cai estava chefiada  
 pelo Presidente da III Festa da  
 Bergamota, Sr. Guilherme Gil-  
 lebrand. Vereadora Rita de Cás-  
 sia Felipen, Vice-Prefeito em  
 exercício Darci Laux, Ana Maria  
 Peters, rainha da Festa, Beatriz  
 Diefenthaler e Ana Maria Hass,  
 princesas."

Sr. Presidente, nesta oportunidade  
 desejo solidarizar-me com a auspicio-  
 sa iniciativa.

Na Câmara dos Deputados, há longo  
 tempo venho tratando deste problema,  
 não apenas em relação à região de  
 São Sebastião do Cai, mas, sobretudo,  
 com a do Vale do Rio Uruguai, na  
 divisa com a República Argentina.  
 Toda essa imensa região produz as  
 melhores laranjas, as melhores berga-  
 motas. No entanto, não conta com  
 uma única indústria em condições de  
 industrializar aquela enorme quanti-  
 dade de frutas. Anualmente são per-  
 didas toneladas e toneladas de frutas,  
 frutas que apodrecem e são postas  
 fora. Recentemente, por iniciativa de  
 um pugilo de homens de ideal do  
 município de Santa Rosa, foi levan-  
 tado o problema. Infelizmente, até o  
 presente, nada foi concretizado. E  
 quando, num País como o nosso,  
 o próprio Presidente da República faz  
 a campanha da produtividade, quan-  
 do tanto se fala em amparo ao homem  
 que vive esquecido no interior da  
 nossa Pátria, não concebemos que,  
 uma quantidade de produtos dessa or-  
 dem, produtos que poderiam ser  
 aproveitados de diferentes maneiras,  
 através da industrialização, não con-  
 cebemos que até hoje não tenha sido  
 criada uma indústria no Vale do Rio  
 Uruguai, para o aproveitamento da  
 quantidade de frutas, de bergamotas  
 e de laranjas, que todos os anos apo-  
 drecem, sem o menor aproveitamento.  
 Naturalmente, compreendemos muito  
 bem que, ao lado do estímulo dos  
 prefeitos, ao lado do interesse de  
 muitos elementos que conhecem de  
 perto esse problema, tem faltado, Sr.  
 Presidente, a presença do Governo,  
 através de incentivos ou através de  
 estímulos, e mesmo através de re-  
 cursos, porque uma indústria dessa  
 ordem requer muito capital e nem  
 sempre os Municípios do interior têm  
 condições para arcar com isso.

Lembro isso, Sr. Presidente, sobre-  
 tudo porque aqui, nesta Casa, sou o

representante do maior número de  
 Municípios da chamada faixa de se-  
 gurança do Brasil. Em toda essa re-  
 gião o Senhor Presidente da Repú-  
 blica nomeia prefeitos. O Sr. Pre-  
 sidente da República talvez acredite  
 que a simples nomeação de Prefeitos  
 possa representar segurança nacional.

O Governo Federal não se faz pre-  
 sente com recursos para resolver os  
 problemas daquela região. Conheço  
 municípios, como o de Tenente Por-  
 tela, um dos mais importantes da-  
 quella região, que não tem sequer uma  
 rede telefônica.

E hoje, quando leio aqui, e faço  
 este destaque, sobre o que se realiza  
 no centro do Estado, a festa da ber-  
 gamota, quero, sobretudo, alertar o  
 Sr. Presidente da República para que,  
 através dos órgãos competentes, faça  
 o Governo Federal presente na região  
 do Vale do Rio Uruguai, atendendo às  
 justas reivindicações daquele povo,  
 no setor do aproveitamento da laran-  
 ja e da bergamota. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carnei-  
 ro)** — Tem a palavra o Sr. Deputado  
 Jerônimo Santana.

**O SR. JERÔNIMO SANTANA — (Lê  
 o seguinte discurso.)** Sr. Presiden-  
 te, Srs. Congressistas, o tempo passa  
 e os problemas permanecem sem o de-  
 vido equacionamento no Território de  
 Rondônia. A maioria dos pronuncia-  
 mentos que fizemos desta tribuna no  
 ano passado, quase que poderíamos  
 repeti-los integralmente neste ano.  
 Falamos de graves problemas, de sé-  
 rias reivindicações, entretanto, a fala  
 passa e envelhece com os problemas  
 que não são resolvidos. Apenas os  
 anotam na terminologia oficial e anotar  
 é sinônimo de indeferimento, en-  
 gavetamento e procrastinação. Ve-  
 mos que em relação à Amazônia quase  
 tudo na administração federal vem  
 sendo apenas anotado e não sabemos  
 que finalidade existe em apenas anotar  
 tudo, o que vem ocorrendo desde o  
 tempo de Pedro Álvares Cabral quan-  
 do Pero Vaz Caminha fez suas histó-  
 ricas anotações. É a administração  
 dos planos e anotações quando deve-  
 ria ser das realizações. Existe um  
 abismo entre as duas e o tempo passa  
 célere, os problemas a ele resistem e  
 se eternizam.

Em dezembro do ano em curso, após  
 vários discursos na Câmara, enviamos  
 o seguinte expediente ao Exmo. Sr.  
 Presidente da República pedindo a  
 instalação de uma agência do Banco  
 do Brasil em Vila de Rondônia e nele  
 assim expúnhamos a questão:

"Brasília, 7 de dezembro de 1972.  
 Excelentíssimo Senhor Presidente:  
 A implantação da BR-364, pas-  
 sando pelo interior do Território  
 de Rondônia, possibilitou a abertu-  
 ra de vastas áreas da Amazô-  
 nia Ocidental propícias à agricul-  
 tura, notadamente os vales dos

Rios Pimenta Bueno, Ji-Paraná ou Machado, Jaru, Jamari e outros. Na localidade de Vila de Rondônia, ex-Presidente Pena, erige-se um cidade toda ela dedicada a atividades agrícolas. A vila cresceu e ganhou feição de município, cercada de grandes lavouras cultivadas por colonos que do Paraná e outras regiões para lá se deslocaram e se fixaram.

Entretanto, sua longa distância de Porto Velho, cerca de 400 km, implica em sérias dificuldades para os agricultores que têm necessidade de recorrer ao Banco do Brasil, dificuldades que se traduzem na grande perda de tempo e deficiência de meios de transporte, motivo por que vemos a oportunidade e necessidade de ser instalada naquela localidade uma agência ou subagência do referido Banco, com vistas a atender os reclamos dos agricultores de vasta região do interior do Território de Rondônia, razões que nos movem a reivindicar de V. Ex.<sup>a</sup> providências junto a direção do Banco do Brasil para o atendimento eficiente dos agricultores radicados ao longo da BR-364, onde Vila de Rondônia se polariza como centro daquelas atividades.

Renovando a V. Ex.<sup>a</sup> os nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço, subscrevemos, respeitosamente — Deputado Jerônimo Santana.

Como resposta de nossos esforços recebemos do Sr. Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República o ofício que leremos a seguir, assim também como o expediente do Ministério da Fazenda e do próprio Banco sobre o assunto, e que dispensam comentários pois se vê que vivemos na era das anotações. A administração federal, insensível aos graves problemas da Amazônia, preocupa-se apenas com rodovias, o mais, indefere, ignora e quando muito, anota para futuros estudos.

Quando o Banco do Brasil instalará uma agência ou subagência em Vila de Rondônia? Nesta marcha, talvez no ano 2.000.

Leio, pois, os expedientes referidos:

"CGC-2097/71

Em 8 de março de 1972.

Of. n.º 152

Do: Subchefe do Gabinete Civil  
A: Câmara dos Deputados

Deputado Jerônimo Santana.  
Senhor Deputado.

Em atenção à carta que Vossa Excelência endereçou ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicitando a instalação de agência do Banco do Brasil

S/A. em Vila Rondônia, transmito, para seu conhecimento, cópia do Ofício n.º 131 do Senhor Subchefe do Gabinete do Ministro da Fazenda, acompanhado de informação daquele estabelecimento de crédito sobre a reivindicação em foco.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — a) **João Carlos Pessoa Fragoso**, Subchefe do Gabinete Civil."

"Ilm.º Sr.

Dr. João Carlos Pessoa Fragoso  
DD. Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República  
Brasília — DF.

"Ofício

SC-410.137/71

GMF-BSB-N.º

Senhor Subchefe do Gabinete Reportando-me ao Ofício CGC 2097, de 14 de dezembro findo, relativo ao pedido de instalação de uma agência do Banco do Brasil S/A. em Vila Rondônia, formulado pelo Deputado Jerônimo Santana, tenho a honra de transmitir a V. S.<sup>a</sup> os esclarecimentos prestados pelo referido órgão, a respeito do assunto.

Valho-me do ensejo para renovar a V. S.<sup>a</sup> protestos de elevada estima e distinta consideração. — **Arthur S. Xavier Ferreira**, Subchefe do Gabinete.

"BANCO DO BRASIL S.A.

A Sua Excelência o Senhor

Dr. Francisco Israel Rodrigues de Ávila

DD. Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda

Brasília (DF)

Ref.: DIRAD-72/28

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1972

Senhor Chefe.

Restituímos a V. Ex.<sup>a</sup> o Processo n.º 410.137/71, relativo à solicitação do Deputado Federal Jerônimo Santana, no sentido de ser instalada uma agência deste Banco na vila de Rondônia, do Município de Porto Velho (RO). 2. Sobre o assunto, cabe-nos informar que, em face das condicionantes a que sujeita a matéria, o pedido foi devidamente anotado, para oportuno exame. Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração. — **Emmanuel Baptista Martins**, Diretor Administrativo em exercício."

Em relação à SUNAB e os constantes aumentos de preço em Rondônia, o Ministério da Agricultura nunca respondeu nossos veementos apelos. Temendo que eles tenham caído no vazio focalizamos novamente o problema, pois o Sr. Presidente da República está anunciando medidas contra a carestia de vida, reivindicação que já vínhamos fazendo aqui há mais de um ano sem que nenhuma satisfação tivéssemos do Ministério da Agricultura sobre os constantes aumentos do preço em Rondônia.

Também em Roraima, onde estive recentemente, a situação não é de elogios. A dúzia de ovos lá custa Cr\$ 8,00 e a SUNAB parece que só existe como agência de empregos.

Sobre o assunto também já nos dirigimos ao Presidente da República, em 22 de fevereiro do corrente ano, nestes termos, também reiterados em 5-7-72:

"Brasília, 22 de fevereiro de 1972. Excelentíssimo Sr. Presidente: Em várias oportunidades apelamos a V. Ex.<sup>a</sup> pedindo a presença da SUNAB em Rondônia e, hoje, mais do que nunca, os interesses de nossa população reclamam uma fiscalização onde se preserve a economia popular, tão sacrificada naquela região.

Da tribuna da Câmara, referindo-nos ao problema da carne bovina, atentamos para o fato de seus aumentos escorchantes e fizemos notar que o gado consumido em Rondônia, todo importado em pé da Bolívia, tem sua carne de 1.<sup>a</sup> vendida em Guajará-Mirim a Cr\$ 4,00 ou Cr\$ 5,00 e, em Porto Velho, apenas 360 km mais distante, seu preço se eleva para Cr\$ 7,50 o quilo.

O Sr. Antônio Leite, principal fornecedor do produto à população, além de alardear para breve o aumento desse preço para Cr\$ 10,00, ainda diz ter a seu favor o Delegado da SUNAB, o que certamente lhe dá apoio para tamanha exploração do povo.

Em Manaus e no Estado do Acre também se consome carne da Bolívia e, no entanto, apesar da maior distância, seu preço é de Cr\$ 6,00. Por que, então, em Porto Velho ela deva ser mais cara se a fonte abastecedora é a mesma?

O povo de Rondônia vive revoltado com essa onda de aumentos injustificados e com a ausência da SUNAB que ali só tem um Delegado de mãos dadas com os tubarões: não existe sequer um fiscal do órgão e quem tabela tudo são os próprios comerciantes. Já não é mais possível a população aguentar tantos aumen-

tos de preços nas utilidades, mormente nos gêneros de primeira necessidade, pois fato semelhante se passa com o café. Enquanto a torrefação de Porto Velho, recebendo quotas do IBC, vende-o a Cr\$ 8,00 o quilo, o que é torrado e moído em São Paulo é vendido a Cr\$ 6,00 e é exemplo disso o que vem fazendo a Casa Piratininga naquela cidade.

Nossa população não encontra explicação para essa disparidade de preços. Quanto deve ser pago pelo quilo de café: Cr\$ 6,00 ou Cr\$ 8,00? Quem estará vendendo na tabela correta? No Acre, 600 km além de Porto Velho, o produto, depois de percorrer grande parte da costa brasileira, de enorme trecho do rio Amazonas e do Purus até alcançar Rio Branco, é vendido a Cr\$ 6,00 o quilo.

Levamos tais fatos ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> esperando que providências sejam tomadas em benefício do povo, pois também a água e a luz sofreram em 1971 aumentos de mais de 100%.

Renovando a V. Ex.<sup>a</sup> os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, apresentamos-lhe nossas respeitadas saudações. — Deputado Jerônimo Santana."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Tem a palavra o nobre Deputado Siqueira Campos.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS** — (Lê o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dando seqüência à série de pronunciamentos que me propus fazer desta tribuna, focalizando a região metropolitana de Brasília, nesta semana do 12.º aniversário da jovem Capital da República, fixarei hoje, para os meus nobres pares, os quadros da realidade de duas áreas das mais ricas e mais prósperas do Estado de Goiás e que, apesar da proximidade à Brasília, continuam carentes de maiores atenções do Governo.

Detenho-me nas chamadas Micro-Regiões 350, Alto Tocantins e 355, Planalto Goiano, na qual está encravado o Distrito Federal.

A Micro-região conhecida como Alto Tocantins por áreas homogêneas de treze Municípios do Estado de Goiás, quais sejam: Araguaçu, Campinorte, Crixás, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Mutunópolis, Pilar de Goiás, Porangatu, Santa Teresa de Goiás, São Miguel do Araguaia e Uruaçu. Essa Micro-região, catalogada sob o n.º 350 pelo IBGE e n.º 6, pela Secretaria da Indústria

e Comércio do Estado de Goiás, tem uma área de 60.694 Km<sup>2</sup> e uma população de 178.115 habitantes, conforme resultado do último censo, realizado em 1970. A maioria da população está no meio rural, isto é, menos de 24% nos centros urbanos e os restantes 76% nas áreas rurais dos diversos Municípios do Alto Tocantins, que tem início às margens do belo Araguaia e parte deste para o centro do Estado, indo encontrar-se com os Municípios de Cavalcante, Niquelândia, Barro Alto, Hidrolina, Itapaci, Nova América, Rubiataba, Goiás, Mozarlândia e Aruanã. É uma das mais ricas e acessíveis terras da faixa oriental do Estado de Goiás.

Os treze Municípios constituidores da Micro-região do Alto Tocantins, apesar da pujança de sua produção agrícola e da expressão de seus rebanhos bovinos — mais de seiscentas mil cabeças — não conseguiram ter mais do que três agências de bancos privados e três oficiais; não lograram dispor de mais do que uma única cidade com fornecimento de água encanada; não obteve energia elétrica, a não ser para iluminação noturna e em apenas oito das sedes urbanas dos mesmos Municípios. Esgotos não existem em nenhuma das treze cidades e mais de duas dezenas de vilas e povoações. Hospitais, mesmo precários, só existem dois e particulares. Postos de saúde, apenas três.

Eis, nobres Colegas, a situação real da Micro-região do Alto Tocantins.

Passo agora à Micro-região que na nomenclatura do IBGE leva a denominação de Planalto Goiano e o n.º 355 e está inscrita pelo Estado de Goiás com o n.º 11.

Conta a Micro-região do Planalto Goiano em seu território com a esplendorosa e fascinante Brasília mas, face à autonomia do Distrito Federal e seu desmembramento do Estado de Goiás, todos os dados referentes a esta Capital estão excluídos dos levantamentos que os órgãos de estatística efetuaram e estão realizando em sua área.

Excluindo, portanto, Brasília, a Micro-região do Planalto Goiano, conta com dez Municípios; tem área de 37.073 km<sup>2</sup> e 162.782 habitantes, dos quais 41.950 nos centros urbanos. Menos de 26%, pois, de seus habitantes residem nas cidades e 74%, aproximadamente, nas áreas rurais. Formam a Micro-região do Planalto Goiano os Municípios de Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Pirenópolis e Planaltina. O quadro é quase idêntico ao da região do chamado Alto Tocantins. Senão vejamos. Nos dez Municípios da Micro-região do Planalto Goiano temos um rebanho bovino estimado em 450 mil cabeças e uma das

mais significativas produções agrícolas do País. Sete agências bancárias, sendo quatro particulares e três oficiais; oito cidades com iluminação noturna, apenas; água encanada em seis cidades; sete hospitais e cinco postos de saúde concentrados em três de suas dez cidades e esgotos sanitários em nenhuma.

Esse o quadro geral dessas duas ricas regiões; ricas em terras, em habitantes, em fauna, em flora, mas pobre de capitais e de obras do Governo. Nelas a força do trabalho se revela profícua e poderosa numa produção excepcional, como ocorre em Porangatu, em São Miguel do Araguaia, em Formosa, em Araguaçu, em Mara Rosa, em Uruaçu, em Formoso, em Pirenópolis, em Santa Teresa e em Crixás e todos os demais Municípios que integram essa Micro-região.

Brasília, nobres Congressistas, prestou, sem dúvida, serviço extraordinário a Goiás e ao Centro-Oeste brasileiro mas hoje é verdadeira bomba de sucção de nossa economia; é polo de atração de nossa gente, esvaziando nossas cidades que perdem, cada dia, substância e valor. Brasília tem tudo: saneamento básico, escolas, universidades, rádio-emissoras, televisões, asfalto, belos jardins, lindas e espetaculares edificações e tudo o mais que a transforma num paraíso para viver e morar.

E as nossas cidades que estão na sua vizinhança, o que possuem? Nada, ou quase nada, a não ser o homem, cada vez mais destemido, ouso e pertinaz e a mulher, verdadeira heroína, que abnegadamente o segue nessa sublime obstinação de não arredar o pé de seu "habitat".

Mas, Srs. Congressistas, por que não adotamos as medidas recomendadas em favor do inadiável apoio às populações da área de influência de Brasília? O que de real existe que impede a tomada de posição em benefício desses dedicados brasileiros que tão bem acolheram a Nova Capital da República?

É estranho que o Banco Regional de Brasília, com os cofres abarrotados de recursos financeiros não atue nas cidades que, com tanta dificuldade de crédito, produzem para o abastecimento do Distrito Federal. É injustificável a inexistência de adequado sistema viário que interligue Brasília aos grandes centros produtores como São Miguel do Araguaia, Mara Rosa, Porangatu, Uruaçu e tantas outras. É mesmo incompreensível que Brasília não busque consolidar sua base turística, entrosando-se com as importantes cidades de atrativos turísticos da região, como Pirenópolis, Formosa, Planaltina e São Miguel do Araguaia. É mesmo triste que esteja-

mos, os goianos das proximidades da Bela Capital do Brasil, à margem de toda e qualquer medida de apolo, tão comuns na "Capital da Esperança".

Insisto, Sr. Presidente, em que programas especiais devem ser estabelecidos abrangendo todas as áreas que integram a região metropolitana de Brasília, tanto no Nordeste Goiano como nos chamados Planalto Goiano e Alto Tocantins. É urgente que se institua tal planejamento, para que o nosso criador não venda os animais que representam o desenvolvimento de sua atividade pecuária; para que o nosso agricultor tenha maior capacidade de plantar e de manter sua colheita durante o tempo suficiente para não sofrer enormes prejuízos; para que o nosso comerciante disponha do capital de giro necessário à renovação dos estoques e à comercialização a preços razoáveis; para que os nossos profissionais liberais, artistas, artesãos e trabalhadores em geral possam viver melhor, porque melhor remunerados; e, finalmente, Srs. Congressistas, para que Brasília não se transforme numa enfumaçada "Manchester", a molestar seus habitantes, poluindo a atmosfera e possamos todos, fraternizados, prosseguir na luta incansável em favor dos grandes destinos deste imenso País. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

**O SR. PEIXOTO FILHO — (Lê o seguinte discurso.)** — Senhor Presidente, Senhores Congressistas, eleições diretas no Estado do Rio de Janeiro. Pleito transcorreu na maior ordem e respeito às instituições democráticas.

O Estado do Rio de Janeiro, berço dos maiores vultos de nossa nacionalidade, ocupando incontestável posição de liderança no cenário político-cultural do País deu mais um exemplo do seu permanente apego à prática democrática.

Desta vez, a disputa eleitoral verificou-se entre a mocidade fluminense, não tendo havido grupos de pressão atuando sobre o "esclarecido" eleitorado mirim, o que equivale dizer que prevaleceu a igualdade dos direitos ao exercício do voto sem qualquer discriminação que pudesse tirar ao corpo de eleitores a sua autenticidade, estabelecendo distinção fundadas nas categorias e condições sociais. (Temístocles Cavalcanti)

Eis o primeiro comunicado do sensacional pleito eleitoral ocorrido segunda-feira última nos 63 municípios fluminenses: "Trezentos mil estudantes primários elegeram as novas diretorias dos Centros Cívicos Escolares, que funcionam em todas as unidades de ensino do Estado do Rio."

Para exemplificar o interesse despertado pela movimentada eleição direta basta dizer que em um Grupo Escolar da Capital do Estado votaram 1.354 alunos em três sessões diferentes, tendo concorrido doze candidatos nas chapas azul e verde.

Ressalte-se que, as eleições dos Centros Cívicos, obedeceram às normas eleitorais ditadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, sendo uma réplica das eleições políticas entre adultos, como se depreende do seu processamento. Os alunos receberam seus títulos eleitorais durante a campanha e, através de palestras, professores de Moral e Cívica procuraram orientá-los para a responsabilidade do eleitor, quando completarem a idade exigida para obtenção do título.

O aperfeiçoamento das instituições democráticas só pode se processar pela sua prática e, como tal, os Centros Cívicos Escolares Fluminenses, representam o melhor instrumental doutrinário para conservação das bases essenciais do sistema democrático.

A participação dos estudantes de todos os ciclos, em entidades cívicas, torna-se indispensável para o fortalecimento do próprio regime representativo.

Eleições diretas no Estado do Rio de Janeiro, sinal dos bons tempos. Os eleitores mirins dão o bom exemplo de prática democrática, enquanto os adultos, talvez não usufruam do mesmo direito em novembro de 1974 de participarem de um pleito livre para escolha dos seus Governantes.

A mudança do jogo poderá afetar o sistema democrático porque este acima de tudo, "é um estado de consciência, um estado de alma que exige dos governantes e governados um comportamento consentâneo com as próprias finalidades do regime." (Temístocles Cavalcanti.)

Tudo isso devidamente considerado, impõe-me o dever de congratular-me com os Centros Cívicos Escolares do Estado do Rio de Janeiro, seus organizadores — diretores e professores, pela exuberante demonstração cívica de fé e de confiança no futuro da nossa querida Pátria.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

**O SR. FLORIM COUTINHO — (Lê o seguinte discurso.)** Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para tratar de matéria importante. Importante para o futuro da Democracia no nosso País. E também, não para o futuro, mas para o presente atual do meu Partido — o MDB —, mesmo porque o MDB só tem presente e à duras penas.

Quero me referir ao projeto de emenda constitucional que estabelecendo a eleição indireta para Governadores em 1974, atrai, mais uma vez para um futuro problemático e incerto, o restabelecimento de mais uma das poucas frestas democráticas até agora permitidas.

Não há nenhuma dúvida que o projeto será aprovado, não importa o que o MDB diga, faça ou pense, a começar pela Comissão Mista onde o score é de 17 a 4, isto é, onde 4 representantes do MDB são meramente espectadores até dispensáveis.

A verdade é que o MDB atual é apenas consentido, com liberdade de ação, é fato, mas só até a entrada da casa e alguns poucos compartimentos, além dos quais seu acesso não é permitido.

Pode até fazer oposição, mas deve ser "oposição construtiva" e essa mesma é apenas ouvida em silêncio complacente.

Em suma, o MDB, como é permitido, não passa de um irmão siamez numa entidade partidária xipófaga com direito, apenas, às sobras.

Condenado a viver vegetando, umbelicado a um irmão gigantesco e bem nutrido que lhe passa, magnanimamente, o necessário para não morrer de fome.

E não se diga que poderá se libertar, crescer e se desenvolver.

Não, como as coisas andam atualmente e menos ainda como prometem andar.

Com as "indiretas" atuais já é o que é.

Com novas indiretas como as da emenda a ser aprovada, é certo que o pouco que ainda tem vai acabar de vez.

Nada de explicações nem palavreado complicado para justificações.

A verdade é que nem todo o mundo é ignorante como se pensa.

E a verdade, dura, nua e crua é uma só — todo o mundo sabe que, com a totalidade, ou quase, de indiretas na mão de um Partido, o outro Partido, o outro Partido não terá vez —.

Dêsse modo o pequeno irmão siamez vai minguar cada vez mais até chegar a ser, talvez, um dedo mindinho num grande corpo único.

A não ser... bem, a não ser que algo aconteça.

Algo que seja previsível, partido de quem entenda e veja e preveja.

Ou algo imprevisível.

Tudo é claro demais, simples demais e tremendamente eficaz com as "máquinas" nas mãos, os governadores não perdem eleições, e todo o mundo sabe disso.



A não ser em poucos e raros casos, como no meu Estado, a oposição não terá vez.

Mas mesmo com a maioria parlamentar, ainda fica exposta a um "indireto" como o Sr. Chagas Freitas cuja missão parece ser a de expor o meu partido a uma derrota, pois sendo do MDB, pelo menos nominalmente, está fazendo um governo que pode virar contra o partido um eleitorado que, tradicionalmente, vota contra o governo.

Após esta preliminar, vou agora focalizar alguns pontos que são os que se seguem.

1.º — Nenhuma revolução nem nada é irreversível.

A apreçoada irreversibilidade não passa de expressão eufórica tão de gosto de gente que não participou nem fez revolução alguma, a não ser uma revolução em torno de si mesma.

Nada é irreversível nem inflexível a não ser a morte.

A Morte, sim, é irreversível e rígida.

Vida e reversibilidade e flexibilidade.

Não é por outro motivo que a vida termina com o *reverteris ad locum tuum*, ou seja, a vida é reversível até quando chega ao fim, quando reverte ao irreversível.

Revoluções, como outros acontecimentos, acontecem na vida dos povos.

E também, terminam, ou por extinção natural, segundo a marcha do tempo, ou por auto-limitação, ou por outra causa qualquer.

2.º — Entendo por Democracia o governo do povo pelo povo, isto é, todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Não adianta discutir, por exemplo, a validade das eleições diretas ou indiretas; se este ou aquele país adota uma ou outra; se eleição direta é "invenção americana" ou não, e outras questões mais.

Pode-se ficar anos à fio a discutir isso.

Há somente um meio de resolver a questão e esse meio é apelar para um recurso típico e rigorosamente democrático.

Já que estamos numa Democracia, apelemos para ele, chamando o povo a se pronunciar, isto é, faça-se um plebiscito.

Pergunta-se diretamente ao povo o que ele quer, prefere ou acha melhor? eleições diretas, ou eleições indiretas? E o que ele responder, será.

O resto é perder tempo e a quaisquer discussões não passarão de simples opiniões pessoais, ou de grupos, com ou sem desonestidade mental.

3.º — Emendar uma Constituição que já, se é uma emenda, não é nada de mais.

A Constituição atual começa com mais de 3 páginas cheias de artigos, parágrafos e alíneas transplantadas da sua antecessora.

Até materialmente é coisa inédita e de má apresentação.

Depois, Constituição é Lei Básica deve conter somente conceitos e preceitos básicos e gerais nos quais as leis a serem elaboradas devem se apoiar.

Não deve ser sobrecarregada de detalhes que ficariam bem em uma lei ordinária.

Não será mais uma emenda que vai melhorar ou piorar a face constitucional.

O que ela vai desfigurar é a possibilidade do retorno à normalidade democrática, que, mais uma vez, fica para depois...

4.º — Temos somente 2 partidos, formando a entidade xipófaga a que já me referi.

Temos uma legislação eleitoral complexa e difícil que dá a nítida impressão de que "não se quer eleições".

Desde o simples alistamento eleitoral tudo é complicado, quando a facilidade e a simplicidade seriam o desejável.

Para não falar nos estágios mais adiantados como a formação de Diretórios e outros.

As coisas são tão difíceis que as tentativas de se organizar um novo Partido, é uma luta tremenda e parece fadada ao fracasso.

Ao que tudo indica só se quer mesmo 2 Partidos, onde um parece ser demais, e terá existência apenas para que não se ingresse na chave do Partido Único.

5.º — Um ilustre senador da ARENA declarou, em discurso que a emenda constitucional proposta veio para servir ao Brasil e será aprovada não porque seja um AI-6. Esse senador foi mais além ao dizer que até um AI-7 ou AI-8 poderiam vir porque o Brasil experimenta o desenvolvimento econômico graças ao regime que adotou.

Regime de ATOS?

Se fór, pelo menos é inédito.

Felizmente ele só foi até o AI-8.

Poderia ir até o AI-80, pois, para o ilustre senador, desenvolvimento econômico só mesmo à custa de Atos.

Fiquemos por aqui, que a matéria é esquisita e até mesmo perigosa.

6.º — O ilustre líder do meu partido na Câmara, em discurso recente, focalizou alguns aspectos da situação

financeira de parcela do povo, que atinge, segundo ele, cerca de 23,2 milhões de brasileiros que ganham abaixo de 150 cruzeiros mensais, e 10 milhões menos de 100 cruzeiros.

Note-se que digo situação financeira e não econômica, pois, para essa gente, não há economia alguma.

Certamente está incluída naqueles numerosos a grande massa de aposentados do INPS que esperam até o dia 16 ou mais de cada mês para receber alguns 82 cruzeiros do mês vencido, quando tudo corre bem.

Na legislatura passada focalizei desta tribuna o caso da viúva de um soldado da Polícia de Pernambuco que recebia uma pensão de 1 cruzeiro e oitenta centavos mensais, ou um maço de cigarros da Souza Cruz and Corporation.

Se o decantado desenvolvimento econômico do Brasil atual é o "milagre" que se apregoa com euforia e se a sua situação é tão maravilhosa quanto se faz crer, garanto que ela não atinge, aqueles 23,2 milhões de brasileiros.

E olhem que deve existir, pelo Brasil afora, muitos milhões que não foram incluídos nos 23,2, assim como, mesmo nas regiões de maior nível de salários, a maior parcela de trabalhadores ganha entre o salário-mínimo e mil cruzeiros mensais.

Tudo isto faz parte do tal "milagre", descoberto por um jornalista muito vivo.

Milagre, já o disse, aqui desta tribuna, é o "milagre do dólar" que, quanto mais baixa ou se desvaloriza em outros lugares, mais sobe e se valoriza por aqui.

Poderia dizer muito mais sobre o tal milagre brasileiro, que parece obra de uns ministros milagreiros e seus laboratórios mágicos.

Mas vale à pena, mais uma vez, reportar-me as palavras do honrado Presidente Médici quando disse que "o Brasil vai bem, mas o povo vai mal".

Quanto à política externa, direi apenas, que o Brasil em busca de prestígio na América, está financiando países que não podem pagar ou nada oferecem em troca do recebido, e firmando "Tratados Culturais" com outros que só cultivam fumo, cana e bananas.

É bom lembrar a Bolívia no caso do Roboré: o Brasil construiu a Estrada Santa Cruz — Cochabamba em troca da concessão de uma região para explorar petróleo; pronta a estrada de barro, a Bolívia "denunciou o Tratado", dividindo a área prometida em 3 partes, dando ao Brasil a pior delas, praticamente sem petróleo.

Quer dizer, não pagou o que devia.

E é melhor ficar por aqui, para não ir mais longe.

Vou concluir, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

E reafirmando minha posição nesta casa com representante de cerca de 25.000 eleitores do meu Estado, que, com seus "votos diretos", me conferiram a honra de representá-los.

Vim pelo voto direto, aquele que é obtido com lutas e sacrifícios de toda a ordem, falando, convencendo, visitando e convivendo com os eleitores, na faina intensa de quem disputa um cargo eletivo.

E só assim, enfrentando dignamente os concorrentes, lutando para ser escolhido, entendo a conquista de mandatos.

Quem não quiser enfrentar isso, preferindo a comodidade e a certeza da escolha por outros meios, tem que preferir a eleição indireta.

Eu prefiro a luta.

Eu e o meu Partido, que sabe muito bem que com eleições indiretas não irá além de postos no Congresso.

A não ser com raras exceções, pois é óbvio que governar sem maioria parlamentar é, pelo menos, dificultoso.

E há pelo menos um Estado onde o Partido da Oposição tem maioria segura do eleitorado, pelo menos até a "eleição" do Sr. Chagas Freitas.

Porque, com o governo que ele vem fazendo, é possível que o eleitorado, até se passe para o outro lado.

Desse modo, estou com o meu Partido no seu combate ao projeto de emenda constitucional que, mais uma vez, adia para tempo indeterminado, a volta do Brasil à plenitude do regime democrático.

E formo com ele para lutar até o fim mesmo sabendo que a luta está perdida *a priori*.

Dois ilustres senadores, em discursos recentes sobre a matéria, referiram-se ao Drama da Paixão de Cristo, revivido nas comemorações da Semana Santa.

Peco permissão para lembrar, à propósito, que o Suave Nazareno foi vítima indefesa da sanha dos poderosos que viram nele a ameaça às suas noções de mando e poder.

Como sempre acontece, aliás.

Só que Cristo foi vítima porque já veio ao Mundo com a missão de ser vítima.

E, o que é mais, veio mandado pelo Divino Pai, com a missão de salvar a Humanidade.

Pois bem! De nada valeu seu sofrimento e seu sacrifício.

Foi injuriado, escarnecido, perseguido, vilipendiado e sacrificado na

morte atroz e indigna da crucificação.

Morreu na Cruz pelo povo que veio salvar.

E depois que se foi, a Humanidade ficou muito pior — as lutas continuaram, as ambições aumentaram desmedidamente até o ponto dos nossos dias, onde a incerteza, o medo e a insegurança rondam sinistramente a Humanidade.

Cristo não salvou coisa alguma.

E, na verdade, precisava era voltar para ver se, desta vez, conseguiria um melhor resultado.

Parece difícil, mas valeria a pena.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ademar de Barros Filho.

**O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO** — (Lê o seguinte discurso.) Senhor Presidente, Senhores Deputados, a história vem registrando acontecimentos inéditos como acontece neste instante, quando o homem se volta para mais uma viagem ao satélite da terra, a Lua, pela promoção da missão Apolo XVI. É inquestionável mais esse fato inédito que todos nós acompanhamos com atenção e admiração. Estaríamos divorciados desta realidade, se não fosse a atuação do sistema de comunicação de que nos oferecem os órgãos de imprensa. No sistema parlamentar essa realidade é visível quando visitamos nossas bases eleitorais, ao conversarmos com o povo em geral. São pronunciamentos que saem deste sistema de som e que correm de norte a sul deste país. Indiscutíveis são as contribuições que os homens da imprensa falada, escrita e televisionada trazem na formação democrática, de todos os povos. Importância maior se considerarmos a contribuição que o homem da imprensa tem na formação do brasileiro do amanhã, com a divulgação dos trabalhos desta Casa.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, transcorre, no próximo dia 23, o aniversário natalício de Pontes de Miranda, que, ultrapassando a média atuarial de vida em nosso país, completa 80 (oitenta) anos de fecunda existência, a serviço das nossas letras jurídicas e do Brasil, engrandecido e honrado, dentro e fora de suas fronteiras, pela figura universal de seu ilustre e eminente filho.

Nasceu Francisco Cavalcante Pontes de Miranda em Maceió, Estado de Alagoas, aos 23 de abril de 1892, de família originária de Pernambuco, tendo se formado em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife.

Com apenas 20 (vinte) anos de idade, em 1912, escreveu ele a sua pri-

meira obra intitulada "A Margem do Direito", ensaio de psicologia jurídica, e já em 1913, prefaciada por José Veríssimo, lançava outro livro: "A Moral do Futuro".

Sua obra de maior vulto, considerada sob o ponto de vista filosófico, é, sem dúvida, o "Sistema da Ciência Positiva do Direito", em dois alentados volumes, publicada em 1922, e sobre a qual o professor Djacir Menezes, em 1934, escreveu "A Teoria Científica de Pontes de Miranda".

Considerando o mestre brasileiro "uma das mais robustas cerebrações do Brasil", sustenta Djacir Menezes, talvez como aviso aos iniciados nos estudos do Direito: "Incontestavelmente a obra de Pontes de Miranda representa uma profunda tentativa no sentido de assentar cientificamente os fundamentos do Direito".

Por essa ocasião, houve significativa homenagem a Pontes de Miranda, na qual Clovis Bevilacqua, o nosso grande civilista, não teve receio em afirmar, em termos gerais, que a Ciência do Direito marcava nova época: antes e depois de Pontes de Miranda.

Em 1916, com 24 anos de idade, publicava a História e Prática do *Habeas Corpus*, monografia que constitui a única na literatura jurídica de todos os tempos.

A partir de 1954, publicou o notável *Tratado de Direito Privado*, em 60 (sessenta) volumes, escritos do próprio punho. Ninguém, pelo que sabemos, na história da humanidade, até hoje, sobre um só tema, praticamente sem colaboração, escreveu tão alentados volumes versando matéria científica.

Pontes de Miranda, senhores deputados, pode ser considerado, sem favor ou lisonja de qualquer natureza, um dos maiores juristas de todos os tempos, dentro e fora da Pátria, além do sábio que, com os relâmpagos do gênio, perlustrou outros caminhos do conhecimento humano.

Matemático (esta, a sua grande e particularmente confessada vocação), filósofo, sociólogo, poliglota, poeta e escritor primoroso de trabalho literário. Recentemente, em 1969, publicou, em francês, *Poèmes et Chansons*, onde, através da poesia, se mostra o homem de fina sensibilidade artística.

A obra monumental do embaixador Pontes de Miranda (foi embaixador do Brasil na Colômbia) se resume, ao todo, em cerca de 105 (cento e cinco) trabalhos, que versam sobre os mais variados assuntos.

Constitucionalista, para citar apenas mais um dos ramos do Direito em que também é mestre, escreveu *Os Fundamentos atuais do Direito Constitucional*, e os seus *Comentários às*



nossas Constituições são obras clássicas, indispensáveis como fonte de consulta e estudos para universitários, advogados, magistrados, representantes do Ministério Público, e professores de Direito.

Ao registrar, pois, nos Anais da Casa, o transcurso do octogésimo aniversário natalício de Pontes de Miranda, estamos, como delegados do povo brasileiro, rendendo uma justa e merecida homenagem não apenas ao insigne mestre do Direito, mas também ao patriota, que se comove ao ouvir o nome do Brasil, e que foi tocado pela graça divina ao chegar aos oitenta anos de idade **vendo** o grande futuro da Pátria através da nação que estamos construindo no presente. (**Muito bem!**)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — O Congresso Nacional, ao fim da Sessão Legislativa anterior, teve oportunidade de se manifestar sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado-o com ressalvas que, sancionado pelo Presidente da República, deu origem à Lei número 5.727, de 4 de novembro de 1971.

No **Diário Oficial** de 17-12-71 (suplemento) foi publicado o Plano com os textos reformulados.

De acordo com o disposto no § 2.º do art. 2.º do Ato Complementar n.º 43, de 29 de janeiro de 1969, o Con-

gresso Nacional aprovará ou rejeitará, dentro de 60 dias, as partes reformuladas, não podendo emendá-las; se, nesse prazo, não houver deliberação, os textos serão tidos como aprovados.

Na falta de norma regimental que regule a tramitação da matéria, esta Presidência, com base no que dispõe o item 34 do art. 52 do Regimento Interno do Senado, Supletivo do Regimento Comum, não havendo objeção do Plenário, estabelece, para tanto, o seguinte esquema:

a) O processo será encaminhado à Comissão Mista anteriormente designada para emitir parecer sobre o Plano e que está assim constituída:

Presidente: Deputado Murilo Badaró

Vice-Presidente: Deputado Marcondes Gadelha

Relator: Senador Accioly Filho

Membros:

**Senadores:**

Dinarte Mariz

Osires Teixeira

Milton Cabral

João Calmon

Lourival Baptista

Wilson Campos

Virgílio Távora  
Cattete Pinheiro  
Heitor Dias, e  
Franco Montoro;

**Deputados:**

Parsifal Barroso

Marques Fernandes

Marco Maciel

Dib Cherem

Garcia Neto

Adhemar de Barros Filho

Vasco Neto

Amaury Müller

Walter Silva.

b) A Comissão Mista terá 10 (dez) dias para emitir seu parecer, devendo concluir pela apresentação de Projeto de Resolução aprovando ou rejeitando as partes reformuladas, não podendo emendá-las.

c) Após a publicação e distribuição dos avulsos do Parecer, esta Presidência convocará sessão conjunta para apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se as 20 horas e 15 minutos.)

## REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- e mentário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginalia (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

**PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00**

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

# O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

## HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

### COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Parecer (DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

### DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

### EMENDAS

(DCN — 2-9-1970, pág. 477)

- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

### PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

### SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

### SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

### VOTOS, DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-9-70, pág. 617)

**Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00**

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE  
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

## ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### ÍNDICE GERAL: Apresentação — Composição do Tribunal

- Processos da competência do S.T.F. (Portaria nº 87)
- Índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (nºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas nºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas,  
organizado por Jardel Noronha  
e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

## REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

**Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00**

Faça sua assinatura do

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **SEÇÃO II**

---

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

### **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Caixa Postal 1.503

Praça dos Três Podêres

Brasília — DF

---

#### **PREÇOS DAS ASSINATURAS:**

##### **Via Superfície:**

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

##### **Via Aérea:**

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

**Serviço Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.503**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20**